

O COTIDIANO DAS FÁBRICAS E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

DAILY LIFE IN THE FACTORIES AND THE WORK OF THE SOCIAL WORKER

Marcel MANO¹

Mireille Alves GAZOTTO²

RESUMO: Este artigo faz uma análise crítica do cotidiano do trabalho em empresas capitalistas particulares, tendo como propósito demonstrar as demandas sociais dos trabalhadores em instituições privadas, bem como as estratégias de enfrentamento estabelecidas por eles. Seu enfoque é o trabalho do assistente social no contexto das relações capital-trabalho e a sua fundamentação metodológica se baseia na revisão literária e nos pressupostos teóricos do materialismo dialético. As principais conclusões obtidas foram o conhecimento dos processos de desenvolvimento do capitalismo tardio e do Serviço Social a ele relacionado, e do trabalho do profissional assistente social crítico e propositivo para atuar frente às demandas sociais instauradas nas indústrias. **Palavras-chave:** Cotidiano do trabalho. Empresas capitalistas particulares. Demandas. Assistente Social. Expressões da questão social.

1 Bacharel em Ciências Sociais pela UNESP, Mestre em Antropologia pela USP e Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP, atualmente é professor do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia-MG. E-mail: marcelmano@terra.com.br

2 Graduada em Serviço Social pela Universidade de Uberaba-MG-UNIUBE. Pós-graduanda em Docência do Ensino Superior pela FIJ-Faculdades Integraradas de Jacarepagua-RJ. Atua como assistente social no Juizado Especial Federal de Uberaba-MG, na realização de laudos sociais sob determinação judicial. Atualmente é Mobilizadora Social do SENAR-ARI-Uberaba-MG. minalvesgazotto@hotmail.com.

ABSTRACT: This article makes a critical analysis of the daily work in private capitalist enterprises, with the purpose to demonstrate the social demands of workers in private institutions as well as coping strategies established by them. Its focus is the work of the social worker in capital-labor relations and their reasoning is based on methodological literature review and theoretical assumptions of dialectical materialism. The main findings were the knowledge of development process of late capitalism and the social services related to it and the work of social professional critic and purpose to serve the social demands in industry.

Key words: Daily work. Private capitalist enterprises. Demands. Social worker. Expressions of social issue.

Este artigo esboça, com base no desenvolvimento tardio, dependente e periférico do capitalismo brasileiro, a gênese do Serviço Social e suas ambíguas relações com as empresas capitalistas particulares. Seu intuito é verificar as demandas instauradas pelos trabalhadores nesse ambiente fabril, a requisição do profissional para trabalhar com essas demandas e o agir profissional do assistente social perante os limites e possibilidades para a realização do seu trabalho.

Os resultados aqui apresentados fazem parte de um estudo realizado no qual se utilizou como método de pesquisa e referencial teórico o materialismo histórico dialético. Sua escolha não é aleatória, mas se instaura à medida que oferece uma análise crítica do mundo do trabalho na sociedade capitalista do qual só recentemente o Serviço Social começou a apropriar-se. Para o nosso tema, ele oferece a apreensão da realidade fundamentada no processo histórico das relações sociais de produção e no grau de desenvolvimento das forças produtivas, bem como a apreensão crítica da totalidade e da dialeticidade gerada pelo sistema capitalista ao criar as classes sociais: burguesia e proletariado. Ao refazer esses passos para entender o capitalismo tardio, este artigo, concomitante ao processo histórico, da totalidade e da dialeticidade, apresenta o trabalho do profissional assistente social inserido nas relações sociais de produção das empresas capitalistas particulares.

1 O cotidiano das fábricas e as reivindicações e demandas do proletariado

O cotidiano das empresas capitalistas particulares é marcado pela questão ontológica do ser social que condiz à centralidade da questão trabalho e, igualmente, pela inserção do trabalhador nas relações sociais de produção capitalista. O cotidiano nas fábricas, então, marca, no processo de montagem/produção, as duas dimensões da categoria trabalho: a humanização e a desumanização do homem. Primeiro porque, por um lado, é na fábrica que acontece, modernamente, o processo de transformação do mundo pela práxis³. O homem nas relações sociais de produção se dignifica no processo de transformar, pelo trabalho, a sua força de trabalho em meio necessário – valor de uso⁴ – a sua sobrevivência e perpetuação de sua espécie.

Mas, segundo, e por outro lado, é nessa mesma fábrica que o trabalho se expressa como exploração e domínio nas relações sociais de produção capitalista. O homem, ao vender a sua força de trabalho em troca de salário, torna-se, no processo de produção, uma mercadoria nas relações sociais de produção capitalista em que não são mais produzidos apenas valores-de-uso, produtos necessários à sua vida, mas, sim, valores de troca com vistas à mais-valia, ao valor excedente, ao considerar-se a mercadoria mais valiosa que outra qualquer, tornando os trabalhadores apenas instrumentos que elevam os lucros dos capitalistas.

Explica Granemann (1999, p. 157) que

Na vida sob o capitalismo, à reprodução cabe, além de reposição da força de trabalho, da procriação de novos trabalhadores, da sociabilidade, reproduzir constantemente,

3Atividade teleológica unicamente humana por meio da qual o homem, ao colocar em ação suas habilidades motoras e cognitivas, transforma a natureza e, ao fazer isso, transforma a si mesmo.

4 Valor de uso é a própria materialidade da mercadoria e se realiza no consumo de objetos úteis “[...] O valor de uso só se realiza com a utilização ou com o consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dele. (MARX, 1989, p. 42. Qualquer matéria que se utiliza para a subsistência humana.

como condição para a sua continuidade, os trabalhadores como trabalhadores.

Depois que o sistema industrial foi montado, esse contexto se torna mais complexo na medida em que são criadas, historicamente, novas formas de gerir o capital. Com fundamentação ideológica centrada na garantia de maior produção e, conseqüentemente, lucratividade, as formas de gestão industrial garantiram a dominação da classe trabalhadora por meio de diferentes estratégias: a centralidade de poder, a separação das tarefas de execução, concepção e planejamento pela divisão social do trabalho, a diferenciação dos salários, os benefícios para trabalhadores do mesmo ambiente fabril e de ambientes diversificados nas empresas capitalistas particulares ao voltar os salários para ganhos individuais etc. São estratégias usadas pelos donos das empresas capitalistas particulares para determinar, no próprio processo de produção, a alienação desta classe trabalhadora. Por meio desses mecanismos, a burguesia almeja a desmobilização dos movimentos dos trabalhadores que se iniciam contra a violência do dia a dia e, assim, promove no trabalhador a não “consciência” de pertencimento de classe.

Na atualidade, a reestruturação produtiva e o sistema toyotista de produção suscitou diversos questionamentos, dentre eles, ressaltava Ricardo Antunes, a terceirização e conseqüente flexibilidade do trabalho, a necessidade da responsabilidade social da empresa e o método *just in time*, que nas palavras do autor, indica (o melhor aproveitamento possível do tempo e de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque (2006, p. 34). Nesse contexto, há que se considerar ainda o sistema denominado Kanban, ou seja, um sistema de indentificar a necessidade de reposição de estoque de um determinado produto.

Embora haja o reconhecimento da importância da análise das questões acima descritas, esse estudo direciona-se às bases sobre as quais se formaram e sobre as quais ainda se gesta boa parte do capital nas indústrias capitalistas particulares.

Porém, antes de iniciar essa discussão, devemos lembrar as especificidades em que foram gestadas as relações sociais de (re) produção capitalista na América Latina, mais especificamente no Brasil. Este seguiu etapas diferenciadas de desenvolvimento do capitalismo, como um capitalismo tardio, isto é, “desenvolvido em países de passado colonial no momento em que o capitalismo mundial já se encontrava na sua fase monopolista” (MELLO, 1984).

No Brasil, as bases oligárquicas, agro-exportadoras, escravagistas, cafeeiras e depois assalariadas, marcaram, na segunda metade do século XIX, um processo de uma acumulação endógena de capital e de transformação da força de trabalho em mercadoria. Assim, mesmo com certas especificidades, observam alguns autores (FERNANDES, 1981; SKIDMORE, 1998; PRADO JR.; 1990) que o Brasil teve uma formação capitalista própria, mas fundamentada nas três condições básicas para o desenvolvimento do capital – um volume de capital acumulado, a força de trabalho assalariada e um mercado consumidor interno.

Pode-se dizer que as especificidades do capitalismo no Brasil, ditadas por ordens metropolitanas, geraram o seu subdesenvolvimento, tornando-o periférico, dependente e selvagem. Subdesenvolvido por ser, de início, uma economia colonial ligada ao “exclusivo metropolitano” e, depois, aos processos e demandas do capitalismo mundial (de importador de bens de consumo a importador de bens de produção). Periférico por ocupar a periferia do sistema em relação ao sistema central de economia e de seu desenvolvimento numa época tardia. Dependente por depender das grandes inovações tecnológicas do exterior, ou seja, importadas. E selvagem por formar abismos sociais.

Soma-se a isso, ainda, o fato diferenciado e particular da participação do Estado no desenvolvimento e consolidação das bases capitalistas no Brasil (DRAIBE, 1985). Ao contrário do que ocorreu nos países de capitalismo originário, no qual o desenvolvimento do Estado burguês decorreu de revoluções econômicas, no capitalismo tardio toda base do desenvolvimento econômico capitalista dependeu do aparato político do Estado. Desde pelo menos a década de

1930, as políticas e os investimentos públicos passaram a pavimentar o desenvolvimento do capitalismo industrial. Assim, por meio de constantes golpes preventivos, a burguesia nacional, nas palavras de Florestan Fernandes (1981), promoveu-se no sentido de consolidar uma autocracia e um Estado autocrático que queria:

[...] manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore. [...] a Revolução Burguesa “atrasada”, da periferia, seja fortalecida por dinamismos especiais do capitalismo mundial e leve, de modo quase sistemático e universal, a ações políticas de classe profundamente reacionárias, pelas quais se revela a essência autocrática da dominação burguesa e sua propensão a salvar-se mediante a aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe. (FERNANDES, 1981, p. 294-295).

A história política brasileira foi, então, uma ditadura preventiva da burguesia na qual as condições de desenvolvimento do capital aconteceram com um Estado interventor a serviço da burguesia e no seio do qual se consolidaram as relações entre capitais e, sucessivamente, as relações entre capital e trabalho, formando no Brasil um Estado ditado por três funções: reguladora, interventora e empreendedora. Sob essa ótica, e como pensa Fernandes (1981), a possibilidade de uma revolução burguesa significa uma revolução política que transpôs na revolução econômica. Assim, a história do Brasil Republicano é marcada por constantes ditaduras, golpes de elites.

Sob as condições aqui tratadas e pelas especificidades de um capitalismo brasileiro tardio, as fábricas se moldaram pelo sistema taylorista/fordista que, primeiro, fundamentou a requisição do profissional assistente social. No ambiente das fábricas assim regidas instaurava-se o trabalho contratado pela carteira de trabalho, vigiado pelos encarregados que determinavam o tempo e o movimento do trabalhador pelo ritmo das máquinas, visando ao alcance de metas estipulados pela empresa com fim estratégico para a lucratividade; regulado pelo apito da fábrica, horário de entrada, almoço e saída, e

mascarado pela ideologia nas empresas capitalistas particulares, de trabalhadores como ‘colaboradores’, no sentido que a própria palavra representa: de colaborar para o capital na obtenção de lucros pela manutenção ideológica do trabalhador que vende a sua força de trabalho em troca de salário.

Nesse contexto são desenvolvidas pela cientificidade de Taylor, no processo de produção das fábricas, as estratégias para alcançar ganhos efetivos na produção; a saber: esteira rolante, produção em massa, verticalização nas relações sociais de produção, separação de execução e concepção do trabalho nas fábricas, controle do tempo e movimento. Com essas estratégias é verificada a determinação dos donos dos meios de produção em aumentar seus lucros pela exploração e alienação dos trabalhadores.

A estratégia do taylorismo – que expressa a ‘genialidade’ de Taylor – é então a de expropriar esse *savoir faire* operário concentrando-o nas mãos da administração. [...] a centralização desse saber possibilita o domínio sobre a totalidade do processo produtivo, e daí a “racionalização das tarefas”. [...] A outra estratégia do taylorismo para impedir a resistência operária é o impedimento sistemático do trabalho em grupo. (MARONI, 1982, p. 22-4).

Essa estratégia, segundo Maroni (1982, p. 24-5), de “impedimento sistemático do trabalho em grupo” significa que no processo de produção não pode haver a comunicação horizontal entre os trabalhadores para determinar o tempo e o movimento da produção. Os altos salários individuais, para Taylor, seriam também a “mola mestre” para evitar os conflitos no âmbito fabril. Essas determinações do capital e as outras estratégias mencionadas acima não foram, porém, suficientes para fazer com que os trabalhadores aceitassem a hierarquização e estratégias dessa cientificidade.

Criam-se, na atualidade, novas manobras dos capitalistas para que se afirmem as concepções ditadas pela esfera fabril: a cooptação do trabalhador pelo disciplinamento agregadas ao tempo e espaço.

O tempo é dado pelo ritmo da máquina e pela quota de produção, estipulada pela administração, medida em horas e minutos. [...] O tempo torna-se elemento de controle e de poder sobre o produtor. [...] A disposição particular do espaço, imposta pela organização do processo de trabalho capitalista, é também elemento fundamental de controle e vigilância. Essa disposição particular permite à hierarquia visualizar o trabalhador no processo produtivo, prescrevendo comportamentos, penalidades, gratificações etc. (MARONI, 1982, p. 27).

Esse tempo e disposição de espaço de forma disciplinar nas fábricas são evidenciados no processo de montagem de qualquer indústria particular capitalista. Isso não é só citado nas bibliografias consultadas (MARONI, 1982; IAMAMOTO, 2006; MARX, 1999; MOTA, 1998; MELLO, 1984; FREIRE, 2003; e outros), mas é de domínio público que a relação entre capital e trabalho no ambiente fabril é instaurada hierárquica e ideologicamente a mando do capital por meio de suas normatizações, regularizações, políticas e projetos para garantir a “motivação” da classe assalariada e, como consequência, o aumento da produção.

Para isso, temos a política salarial individual e projetos que motivem os “colaboradores” para a inserção dos mesmos nas ações das empresas com doações vindas de seus salários para a manutenção desses projetos. Há também, enquanto políticas sociais privadas, parcerias com os municípios e bancos com projetos habitacionais, que, diga-se de passagem, são de responsabilidade do Estado, mas esse mesmo Estado, como Estado burguês, foi propulsor dessa prática ao dar autonomia às empresas capitalistas particulares por meio de suas políticas sociais públicas. Diz-nos Maroni (1982, p. 38-39) que

O Estado, por sua vez, reconhece as leis particulares do capital e as legitima, dado que a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) prevê um regulamento interno para cada indústria. Este é a parte integrante do contrato de trabalho individual.

Percebe-se, então, que a empresa particular capitalista traz para si a manipulação ideológica de participação do trabalhador tanto no âmbito fabril quanto na comunidade, ao querer determinar as relações sociais pela ‘vigilância’ fora e dentro do ambiente fabril. Em relação aos direitos sociais, políticos e civis que o trabalhador conquistou nas lutas históricas pelos movimentos sociais, as empresas não os veem como direitos conquistados, mas, sim, como benefício, pelas políticas sociais privadas que a empresa oferece ao trabalhador por ele entrar na lógica do capital e aceitar a alienação nas relações sociais de produção.

2 O trabalho do assistente social em empresas capitalistas particulares

É nesse ambiente fabril que o profissional assistente social é chamado a se inserir nas relações sociais de produção como profissional qualificado a trabalhar com as demandas sociais advindas das expressões da questão social. Ou seja, as demandas sociais são produtos das expressões da questão social e esta, por sua vez, procura o objeto de trabalho do Serviço Social – a questão social que é gerada pela desigualdade social, política e econômica do sistema capitalista.

Desta forma, nas empresas capitalistas particulares, o profissional assistente social é cooptado para trabalhar com as demandas sociais: alcoolismo, absenteísmo, ociosidade, ‘mediar’ conflitos entre trabalhadores, encarregados e chefia; projetos e programas focalizados/fragmentados, no sistema de saúde privado, educação etc. São todas demandas que visem à garantia da qualidade de vida do trabalhador, tendo como finalidade a valorização da produção. Deste modo, segundo Mota (1998, p. 48),

[...] as políticas sociais das empresas não são desenvolvidas de forma aleatória numa relação entre carência-solução. Antes, tais políticas se criam mediante critérios patentes na eleição de necessidades a serem atendidas.

Essas ‘necessidades a serem atendidas’ são determinadas num contexto contraditório: enquanto o Serviço Social na contemporaneidade, de acordo com o Código de Ética Profissional e com o Projeto Ético-Político da Profissão, busca a cidadania, a equidade e o compromisso com a classe trabalhadora por meio da efetivação das políticas sociais; as empresas capitalistas particulares, através das políticas sociais privadas, buscam o profissional apenas para mediar conflitos e executar os projetos e programas estabelecidos estrategicamente e de acordo com o que a empresa demanda para a efetivação de seus objetivos e metas.

Assim, as políticas sociais privadas são trabalhadas pelo assistente social a mando das empresas capitalistas particulares, de forma fragmentada e setorializadas, ou seja, as políticas sociais privadas são elaboradas e implementadas de acordo com os interesses que almejam as empresas capitalistas particulares, não esquecendo-se que o trabalhador, assistente social, é requisitado a executar sua função para a manutenção ideológica da classe trabalhadora, acumulação de capital e valorização da produção.

O assistente social não produz diretamente mais riqueza – valor e mais-valia -, mas ele é um profissional que é parte de um trabalhador coletivo, fruto de uma combinação de trabalhos especializados na produção, de uma divisão técnica do trabalho. É este trabalhador combinado que, no seu conjunto, cria as condições necessárias para fazer crescer o capital investido naquela empresa. Caso esta especialização do trabalho não tivesse alguma função a desempenhar no processo de produção, na ótica dos interesses capitalistas, não seria contratada pelo empresariado (IAMAMOTO, 1997, p. 49).

Percebe-se, assim, que a busca para a efetivação da cidadania, da equidade, o compromisso com a classe trabalhadora e a emancipação do sujeito social tem mais dimensão nas políticas sociais públicas que nos projetos sociais das empresas. Naquelas, a arrecadação de impostos da sociedade volta-se, pelas políticas sociais,

para esta mesma sociedade e o trabalho do profissional assistente social tem aí uma relevância mais ampla.

Aí não existe criação capitalista de valor e mais-valia, visto que o Estado não cria riquezas ao atuar no campo das políticas sociais públicas. O Estado recolhe parte da riqueza social sob a forma de tributos e outras contribuições que formam o fundo público e redistribui parcela dessa mais-valia social através das políticas sociais. Assim, a análise das características assumidas pelo trabalho do assistente social e de seu produto depende das características particulares dos processos de trabalho que se inscreve. (IAMAMOTO, 1997, p. 49).

Observa-se, então, que as políticas sociais privadas, no contexto capitalista, possuem um fim em si mesmas: as empresas, para obterem isenção de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços), criam projetos/programas sem dimensão de processo histórico, de totalidade e de contradição nas relações sociais de produção. Como demonstra Iamamoto: “As repercussões da proposta neoliberal no campo das políticas sociais são nítidas, tornando-se cada vez mais focalizadas, mais descentralizadas, mais privatizadas” (1997, p. 20). As políticas sociais públicas acontecem no âmbito do Estado e a arrecadação de impostos e sua redistribuição voltam-se para a esfera pública.

Desta forma, o interesse nas políticas sociais privadas das empresas capitalistas particulares como valorização da produção é de natureza contraditória.

[...] gerado no interior de uma relação contraditória, o Serviço Social, como produto da determinação de uma prática, apresenta-se igualmente contraditório. E, ainda, que se reconheça que a empresa, como elemento ativo nos pactos de dominação, é requisitante institucional do Serviço Social, não se pode reconhecer que sua requisição somente existe porque ela precisa abolir os entraves à produtividade gerados pelos “problemas sociais” do trabalhador. (MOTA, 1998, p. 63-4).

As respostas dos assistentes sociais a esse contexto histórico fabril repercutem, contraditoriamente, nas próprias formas pelas quais as empresas capitalistas particulares os requisitam. O assistente social sabe o porquê de ser requisitado para trabalhar com as demandas sociais nas fábricas devido ao desenvolvimento histórico da profissão.

O processo de trabalho, quando ocorre como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, apresenta dois fenômenos característicos. O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. [...] Além disso, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. [...] Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo pertence-lhe do mesmo modo que o produto do processo de fermentação em sua adega. (MARX, 1999, p. 219)

Determinadamente inserido no processo de produção capitalista, o processo de trabalho do Serviço Social denomina-se pelas diferentes matérias geradas pela questão social na esfera do sistema capitalista. Pensar, então, esse processo requer pensar em processos de trabalho nos quais, ao exercer sua atividade, o assistente social se vê inserido na divisão sócio-técnica do trabalho sendo requisitado para trabalhar com a matéria-prima da profissão, ou seja, as políticas sociais, que, no ambiente fabril se apresentam de forma fragmentada de acordo com os interesses dos donos dos meios de produção e denominadas como benefício ao trabalhador.

Desta forma, devemos levar em consideração as novas requisições do capital para o trabalho do profissional assistente social, como o aumento do desemprego. Mas, não devemos esquecer, não se perdeu a centralidade do trabalho, uma vez que o capital apenas continua a elevar seus lucros, segundo Granemann (1999, p. 162), “[...] porque o capitalismo ainda não conseguiu gerar riqueza senão

pela apropriação de trabalho não pago” e o desemprego é uma das expressões da questão social, ou seja, “[...] continua a ser a determinação da vida social e, nesta direção, se apresenta como questão social” .

As instituições públicas são responsáveis pela maioria das contratações de profissionais assistentes sociais, nas organizações não governamentais (ONGs) e instituições privadas também são representativas. Portanto, o presente estudo priorizou os processos de trabalho do profissional assistente social delimitam-se nas instituições privadas, essencialmente nas empresas capitalistas particulares do setor fabril que estão sempre buscando a lucratividade perante as estratégias estabelecidas. O profissional é requisitado pelo setor de RH (Recursos Humanos) para trabalhar com as demandas sociais dos trabalhadores, visando à sua qualidade de vida, uma vez que o trabalho social realizado dentro dessas empresas na sua condição histórica assistencialista não consegue mais buscar a efetivação ideológica da classe capitalista. Em outras palavras, com esse fato histórico, o assistente social é requisitado pelas empresas capitalistas particulares para trabalhar de forma eficiente em função do aumento da produção pelos lucros auferidos pelos donos das empresas capitalistas particulares.

Assim, é pertinente lembrar, desmistificando algumas idéias, que a requisição institucional da profissão pela empresa não pode ser reconhecida tão-somente quando se contrata um assistente social. É necessário evidenciar, [...], que o Serviço Social presta serviços à empresa, ainda que indiretamente, muito antes de compor seu quadro de técnicos em recursos humanos. (MOTA, 1998, p. 112-113).

Dito em outras palavras, o profissional assistente social é requisitado para trabalhar no âmbito fabril deixando o caráter assistencialista e caritativo. Isso porque essas fábricas necessitam, segundo Mota (1998), “de maior eficiência e eficácia no trabalho referente ao social das empresas capitalistas particulares”, uma vez que não conseguem mais, devido o desenvolvimento das forças capitalistas, suprimir as demandas apenas com o trabalho caritativo, assistencialista e voluntarista.

Assim, nas empresas capitalistas particulares, o processo de trabalho do profissional assistente social é fragmentado e obedece às expectativas e estratégias da empresa, mudando apenas o voluntariado, apesar de ainda as empresas fazerem questão desses sujeitos como o chamado “Dia V – Dia do Voluntariado”, para profissionais qualificados a trabalhar com o social de acordo com os interesses das fábricas. Assim, as empresas apresentam o profissional assistente social na atuação para a mediação dos conflitos, deixando a visão de particularidade e de totalidade debilitada para atender ao capital que tem um fim em si mesmo, que, e segundo Marx (1999), ‘o lucro pelo trabalho não pago’ e a não emancipação dos sujeitos entendidos assim como clientes dos serviços sociais prestados.

As demandas instauradas nas fábricas num processo dialético perante o trabalho do assistente social podem, então, levar a considerá-las como processo de emancipação ou como processo de dominação pelo capital. As políticas sociais privadas podem ser executadas para a manutenção da classe trabalhadora pela prestação de serviços assistenciais privados; para a dominação política perante as suas leis e regulamentos com o apoio do Estado; a legitimação de sua pobreza como garantia do sistema capitalista, tornando os direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores benefício, favor, ou ajuda. Nesse contexto, as políticas sociais privadas apresentam-se como manipulação ideológica do capital e sendo debominados sobre o trabalhador como benefício e cooptação dos vendedores da força de trabalho, ficando estes a mercê do capital denominando-se, como foi arrolado, ‘colaboradores’, trabalhadores alienados.

Mesmo não trabalhando nesse artigo a respeito das políticas sociais públicas, devemos ao lembrar o leitor que o Serviço Social demanda, de acordo com uma leitura crítica da realidade, suas reivindicações para o Estado perante a busca da efetivação e materialização das políticas sociais públicas, visando o campo da democratização dos direitos a bens e serviços para a população vulnerabilizada.

A contribuição do Serviço Social para a efetiva consolidação das políticas sociais, implica não apenas no acesso

a bens e serviços, mas a construção de mecanismos de democratização para a definição de quais bens e serviços são necessários para serem implementados, compreendendo a dinâmica societária e estabelecendo novos mecanismos de sociabilidade e política, ou seja, como tais questões podem se materializar em novos procedimentos de ação. (SARMENTO, 2000, p. 108).

Já as políticas sociais privadas são trabalhadas pelos profissionais assistentes sociais nas empresas capitalistas particulares de maneira a tratar o usuário de seus serviços sociais na cooptação ideológica, ou seja, usa-se dos benefícios com o objetivo de motivar a classe trabalhadora.

Por outro lado, diante destas questões, se o profissional assistente social tem ao seu alcance uma educação continuada com teoria e metodologia voltadas pelos parâmetros crítico-propositivo, ético-político, ele consegue apreender, histórica e contraditoriamente, as formas de gerenciamento do capital para poder levantar condições que façam a classe trabalhadora emancipar-se e tornar-se sujeito de direitos.

O assistente social por meio do Projeto Ético-Político Profissional que tem como parâmetro o Código de Ética da profissão deve trabalhar pelo compromisso com a classe trabalhadora, sem se esquecer dos limites e possibilidades institucionais para que possa, pelo tempo e movimento, desmistificar, como demonstra Iamamoto (2006), o “cariz maternal” que a profissão obteve historicamente e demonstrar, ao “decifrar a realidade”, a sua profissionalidade pela implementação e efetivação das políticas sociais privadas no campo do direito e não do benefício, da ajuda, da caridade, do assistencialismo etc.

[...] é importante sair da redoma de vidro que aprisiona os assistentes sociais numa visão de dentro e para dentro do Serviço Social, como pré-condição para que possa captar as novas mediações e requalificar o fazer profissional, atribuindo-lhe particularidades e descobrir alternativas de ação. Um dos maiores desafios que o Assistente Social

vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 1997, p. 7-8)

Uma das condições de propositividade no trabalho do assistente social é no campo da gestão dos serviços, enquanto estratégia de intervenção profissional do assistente social para demonstrar suas habilidades e competências de planejamento, de gestão dentro do Serviço Social com metas, atribuições e discurso voltados para o Projeto Ético-Político visando a necessidade de recuperar a particularidade e a singularidade com um olhar voltado para um cidadão autônomo, emancipado, ou seja, um cidadão sujeito de direitos. Mas, dependendo do perfil profissional, tem-se um agir profissional voltado para o “messianismo” ou para o “fatalismo” garantindo a gestão social, nesta sociedade capitalista, como forma de visar lucros, mais-valia. Segundo Iamamoto (1997, p. 9):

[...] messianismo profissional: uma visão heróica do Serviço Social que reforça unilateralmente a subjetividade dos sujeitos, a sua vontade política sem confrontá-la com as possibilidades e limites da realidade social [...] como se a realidade já estivesse dada em sua forma definitiva, os seus desdobramentos pré-determinados e os limites estabelecidos de tal forma que pouco se pode fazer para alterá-los. Tal visão determinista e ahistórica da realidade conduz à rotinização, ao burocratismo e à mediocridade profissional.

Considerações finais

Podemos concluir, por enquanto, que a propositividade desse artigo se fundamenta na mediação da totalidade, da historicidade e da contradição. Da totalidade, porque, por aproximações sucessivas, buscou-se uma visão geral do universo das empresas capitalistas particulares e a inserção do Serviço Social com suas atribuições e

competências profissionais para trabalhar com as demandas instauradas nas relações sociais de produção. Da historicidade, por apreender que essas relações sociais de produção são determinadas historicamente e, no caso do Brasil, tiveram sua especificidade com o capitalismo tardio com formação de um proletariado vindo de bases escravocratas e de imigrantes de países que já consolidavam o seu capitalismo monopolista, sendo estes imigrantes o exército industrial de reserva na sua terra natal. Da contradição, por ser o sistema capitalista gerador de desigualdade social, econômica e política devido à apropriação de propriedades privadas em que os instrumentos/meios de produção pertencem aos capitalistas, ficando apenas a venda da força de trabalho dos trabalhadores para a garantia de sua sobrevivência, ou seja, a contradição das relações sociais capitalistas que culminou nas classes sociais: burguesia X proletariado.

Diante dessa historicidade observamos a contradição da formação profissional: por um lado, um profissional assistente social que de acordo com as perspectivas de atuação funcional ao capital, elimina conflitos, modifica comportamentos, controla as contradições e abranda as desigualdades sociais, mais especificamente nas empresas capitalistas particulares.

Por outro lado, um profissional que, através do deciframento da realidade, trabalha sobre ela construindo uma instrumentalidade fundamentada na perspectiva materialista dialética e de acordo com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, de forma crítica e propositiva, com compromisso profissional através dos fundamentos ético-político – lembrando que se deve ter compromisso profissional e interesse, mas os resultados sempre dependeram dos sujeitos; compromisso de classe; que saiba realizar a mediação de interesses de acordo com a necessidade da população, lembrando também que não devemos pensar que o movimento da sociedade depende do trabalho profissional do assistente social, pois um dos processos de trabalho do assistente social é mediar interesses; e veiculação de informações possibilitando a sua emancipação enquanto sujeito de direitos. Temos, então, como desafio profissional dar materialidade e visibilidade a instrumentalidade na perspectiva materialista dialética

em consonância com o Projeto Ético-Político do Serviço Social para a efetivação dos direitos e emancipação da classe trabalhadora.

Referências

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. Campinas: Cortez, 2006.

_____. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. Campinas: Cortez, 1999.

DRAIBE, S. *Rumos e metamorfoses*. Estado e industrialização no Brasil 1930/1960. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

FERNANDES, F. *A Revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FREIRE, L. M. B. *O Serviço Social na reestruturação produtiva*. Espaços, programas e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2003.

GRANEMANN, S. Processos de trabalho e serviço social I. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social. Brasília: CEAD, 1999. Mód. 2, p.153-166.

GUERRA, I. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social. Brasília: CEAD, 2000, Mod. 4, p. 51-63.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. *Debate*, Fortaleza, n. 1, v. 6, p. 5-62, dez, 1997.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e serviço social no Brasil*. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARONI, A. *A estratégia da recusa*. Análise das greves de maio/78. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARX, K. *O capital*. Crítica da economia política. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MARX, K. *O capital*. Crítica da economia política. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A , 1989.

MELLO, J. M. C. de. *O capitalismo tardio*. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

MOTA, A. E. N. *O feitiço da ajuda. As determinações do Serviço Social na Empresa*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SARMENTO, H. B. de M. Serviço Social, das tradicionais formas de regulação sociopolítica ao redimensionamento de suas funções sociais. In *CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social*. Brasília: CEAD, 2000. Mód. 4, p. 95-110.

SKIDMORE, T. *Uma história do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

